

**Artigo apresentado ao Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em
Comunicação e Política**

Título:

CONTRA-HEGEMONIA NO BRASIL: A ALTERNATIVA DO BRASIL DE FATO

Thaís Brito da Silva

Mestranda

Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

taisoueu@gmail.com

O conceito de hegemonia refere-se à combinação da direção moral, política e intelectual da sociedade com a função de dominação. A hegemonia é exercida pelo consentimento e pela força, e constrói-se a partir da sociedade civil – na busca pelo consenso e pela liderança cultural e político ideológica – e através do Estado e da estrutura econômica. O conceito de hegemonia em Gramsci refere-se à análise da hegemonia das classes dominantes num determinado período histórico e pressupõe, por outro lado, a organização contra-hegemônica de grupos que lutam por novas formas de sociedade.

Na teoria gramsciana, a sociedade civil e a sociedade política são identificadas como o momento do consenso e da coerção. Fundamental para compreender a noção de hegemonia em Gramsci, é estudar o papel da sociedade civil e da sociedade política, o momento do consenso e o momento de uso da força, da coerção, suas relações e significados. Para definir os conceitos de sociedade civil e sociedade política, nos *Quaderni*, Gramsci (2004a, p. 20) utiliza a seguinte afirmação:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente 'privados') e o da sociedade política ou Estado', planos que correspondem respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'.

A utilização do consenso e da coerção alternam-se ou convivem dialeticamente no âmbito das sociedades civil e política. Somente o consentimento não constrói a base da hegemonia, e a utilização da coerção, por outro lado, não consegue sustentar de forma durável uma dominação.

A sociedade civil é o âmbito principal da disputa de sentidos, espaço político por excelência e arena da luta de classes, “um campo de dissonâncias, enfrentamentos e duelos, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora pra enfraquecer os consensos estabelecidos” (MORAES, 2009, p. 38). A proposição gramsciana, como bem ressalta Moraes nada tem a ver com interpretações liberais e social-democratas, que entendem a sociedade civil como lugar de harmonização de interesses e de emergência de um “terceiro setor” situado para além do Estado e do mercado.

A sociedade civil é entendida, portanto, como o terreno da luta de classes, das disputas pelo poder econômico, político e ideológico. É nesse ponto que a hegemonia é exercida, e no qual os termos das relações da estrutura e da superestrutura são decididos. No estudo *Política e Ideologia: Gramsci*, Hall et alii (1980) compreende a

sociedade civil como uma esfera intermediária que inclui aspectos da estrutura e da super estrutura, que exprime a relação entre público e privado. Hall ressalta no conceito de hegemonia o fato de que o bloco dominante sustenta a subordinação das outras classes às exigências do processo produtivo não apenas baixando decretos, mas mediante uma permanente transformação de valores e costumes morais na sociedade civil.

Outro aspecto importante na teoria gramsciana refere-se à compreensão da sociedade civil como parte do Estado ampliado. A partir desse conceito, a sociedade civil é entendida como parte do Estado e o Estado passa a ser compreendido, de acordo com Portelli (1977), como o conjunto dos órgãos, independente de qual seja seu estatuto formal (organizações *privadas* ou aparelho de Estado), através dos quais é exercida a influência do grupo dominante. A definição de Estado é, dessa forma, ampliada e passa a compreender também os órgãos da sociedade civil – tanto por estarem legalmente sob as definições jurídicas do Estado quanto por serem influenciados pela hegemonia dos grupos dominantes na sociedade.

O Estado ampliou suas funções e várias transformações podem ser percebidas a partir dessa ampliação:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2004b, p. 41)

Além das questões apontadas na caracterização do Estado – sua definição como sociedade civil e política, a função de coerção e consenso na consolidação da hegemonia – deve-se ressaltar que a unidade do Estado é garantida pelo vínculo orgânico proporcionado pela função dos intelectuais. Os intelectuais desempenham a função de garantir a homogeneidade e criar consciência da função econômica, social e política das classes fundamentais. Eles têm, além disso, a tarefa de organização, disseminação e conservação de idéias associadas a essas classes. Hall ressalta, entretanto que a categoria intelectual em Gramsci, permite analisar a organização e a produção da ideologia como uma prática específica não redutível às classes às quais os intelectuais estão ligados:

as idéias não expressam classes, mas compreendem um campo no qual o conflito

de classes se dá sob formas particulares. Através de organizações como a Igreja, a imprensa e os partidos políticos (órgãos da sociedade civil) e através do Estado (quanto ao bloco dominante) os intelectuais desempenham um papel de liderança na batalha para ganhar apoio espontâneo para uma das classes fundamentais (HALL et ali, 1980, p. 67).

Os conceitos e categorias expostos articulam-se, na embricada teoria gramsciana, em torno de um conceito fundamental que é o de Bloco Histórico. A formação de um determinado Bloco Histórico, articula a superestrutura e a estrutura – a estrutura econômica, o Estado, a sociedade civil – ligadas pelo vínculo orgânico realizado pelos intelectuais. A constituição de um Bloco Histórico só se concretiza com a conquista do poder do Estado, quando é possível exercer a direção e a dominação na sociedade. A formação desse bloco depende de uma aliança entre classes e frações de classes, que, como indica Portelli (1977, p. 96), não deve ser confundida com a hegemonia.

Efetivamente, ao declarar que o bloco histórico é uma aliança de classes, em que uma delas cumpre o papel de elemento de coesão junto às demais, estamos raciocinando unicamente no nível estrutural. (...) Estabelecendo essa análise exclusivamente ao nível estrutural, o papel essencial da superestrutura e de seus agentes, os intelectuais, é ignorado ao mesmo tempo em que a noção de hegemonia, na medida em que a unidade do bloco histórico passa a ser obra de uma das partes da estrutura.

A hegemonia pressupõe, portanto, a existência de uma classe dirigente e de classes dirigidas. A direção é assegurada no nível superestrutural, com a direção ideológica exercida pelos intelectuais; e no nível estrutural, sendo essa a classe fundamental na economia. Nessa relação, existem tanto os grupos aliados, que aderiram ou foram absorvidos pela classe dominante, como também setores das classes subalternas, que não aceitam a dominação e são coagidos, pela lei ou pela polícia, a aceitarem a situação de dominação.

A aliança de classes, com a predominância de uma das classes ou frações, exige do grupo dominante sacrifícios de ordem econômica e política, compromissos que vão até o limite em que não firam seus interesses fundamentais de classe. Na busca da manutenção da hegemonia, Gramsci afirma a necessidade de se considerar os interesses dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida, de se formar um certo equilíbrio de compromisso desde que não firam os interesses fundamentais das classes dominantes:

que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica. (GRAMSCI, 2004b, p. 48)

A hegemonia constrói-se, portanto, progressiva e processualmente; ela deve

ser conquistada, assegurada e defendida. Nas democracias modernas, afirma Gramsci (2004b, p. 24) tanto as organizações estatais como as associações civis constituem “algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra”. Considerando a hegemonia como um processo contínuo de disputas e conquistas táticas na “guerra de posição”, podemos pensar que é possível experimentar práticas contra-hegemônicas e de resistência, mesmo num terreno desfavorável, em que a ação do Estado define-se não só pelas suas funções tradicionais de domínio, mas também como órgão que articula diferentes representações e organismos da sociedade civil em torno das suas definições legais e de suas políticas.

As ideologias dos grupos sociais que lutam por transformações podem alcançar a hegemonia mesmo sem o controle do Estado e, de acordo com Moraes (2009, p.41), “as classes subalternas podem visar, como projeto político, a separação de aparelhos ideológicos de sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção.” Os *aparelhos privados de hegemonia* não estão ao alcance apenas da classe dominante, mas também das classes subalternas que buscam construir a contra hegemonia, uma sociedade fundamentada sobre novas bases ou um mundo sem hegemonias – que pode ser pensado a partir da concepção do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do “mundo onde caibam muitos mundos”¹.

1 *“três indicações que contém toda uma concepção sobre a revolução (com minúsculas para evitar polêmicas com múltiplas vanguardas e salvaguardas da “REVOLUÇÃO”):*

A primeira refere-se ao caráter de mudança revolucionária, desta mudança revolucionária. Trata-se de um caráter que incorpora métodos diferentes, frentes diversas, formas variadas e distintos graus de compromisso e participação. Isto significa que todos os métodos, que todas as frentes de lutas são necessárias, e que todos os graus de participação são importantes. Trata-se, portanto, de uma concepção incluyente, antivanguardista e coletiva. O problema da revolução (atenção com as minúsculas), deixa de ser um problema DA organização, DO método e DO caudilho (atenção com as maiúsculas) e converte-se num problema que diz respeito a todos os que veem essa revolução como necessária e possível, e em cuja realização todos são importantes.

A segunda refere-se ao objetivo e ao resultado dessa revolução. Não se trata da conquista do Poder ou da implantação (por vias pacíficas ou violentas) de um novo sistema social, mas de algo anterior a ambas. Trata-se de conseguir construir a ante-sala do mundo novo, um espaço onde, com igualdade de direitos e obrigações, as diferentes forças políticas “disputem entre si” o apoio da maioria da sociedade.

A terceira trata das características não já da revolução, mas de seu resultado. O espaço resultante, as novas relações políticas, deverão cumprir três condições: a democracia, a liberdade e a justiça.

Em suma, não estamos propondo uma revolução ortodoxa, mas algo muito mais difícil: uma revolução que torne possível a Revolução (Subcomandante Insurgente Marcos, 1995)” (ORNELAS, P. 154,

Comunicação e contra-hegemonia

O que Gramsci chamou de imprensa – o que podemos considerar, na contemporaneidade, como meios de comunicação – constitui um dos instrumentos centrais na disputa pela hegemonia nas sociedades contemporâneas, muitas delas consideradas *media-centered*, definidas por Venício Lima (2004) como sociedades que dependem da mídia – mais do que da família, da escola, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos, etc – para a construção do conhecimento público que possibilita a tomada cotidiana de decisões.

Gramsci (2004a) considera a “imprensa” como a parte mais dinâmica da estrutura ideológica, que é a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” e afirma que ela cumpre a função de organizar e difundir determinados tipos de cultura. No conceito de “jornalismo integral”, Gramsci identifica a imprensa como veículo de formação, organização e difusão de consensos e concepções de mundo:

o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (GRAMSCI, 2004a, p.197).

Numa aproximação com o contexto contemporâneo, Moraes destaca o papel desempenhado pelos meios de comunicação, que não só produzem informação a partir de recortes da realidade, mas procuram definir quais fatos e interpretações colocam-se como aceitáveis dentro do campo de referência que os próprios meios de comunicação constroem. Assim, a mídia não só representa determinados aspectos da realidade cotidiana, como contribui para construir socialmente novas realidades e novos referentes.

Na essência, o discurso midiático se propõe a determinar a interpretação dos fatos por intermédio de signos fixos e constantes que tentam proteger de contradições aquilo que está dado e aparece como representação do real, de verdade. Tal discurso interfere preponderantemente na cartografia do mundo coletivo, propondo um conjunto de linhas argumentativas sobre a realidade, aceitas ou consideradas por amplos setores da sociedade. (MORAES, 2009, p. 45)

Devemos considerar, como já ressaltado neste texto, que, mesmo num terreno desfavorável, as classes subalternas podem obter conquistas na “guerra de posição”, criar pontos de resistência aos discursos hegemônicos, possibilidades de enfrentamento e construção de perspectivas contra-hegemônicas e de resistência. Nesta disputa pela definição de sentidos e construção de consensos na sociedade, os meios de

comunicação constituem espaços centrais, instrumentos fundamentais para a consolidação hegemônica ou de luta por transformações contra-hegemônicas. Configuram-se enquanto elementos indispensáveis, nesse contexto, as estratégias da sociedade civil na arena da comunicação, criando fissuras, rupturas e superações do quadro adverso da dominação.

O cenário das comunicações no Brasil é marcado pela concentração e monopólio da mídia, como apontam diversos estudos como “Donos da Mídia”², que reúne dados e informações formando um panorama da mídia no Brasil. As principais características do cenário midiático brasileiro são a concentração da propriedade, a renovação automática das concessões de radiodifusão, domínio de grupos familiares e elites políticas, ocupação de emissoras cuja outorga seria para emissoras “educativas” por emissoras comerciais ou grupos religiosos, além da proliferação das igrejas – principalmente as evangélicas – na radiodifusão.

Com a convergência tecnológica, esse cenário se agrava, reproduzindo a lógica sem precedente de concentração da propriedade. A evolução tecnológica que permitiria, potencialmente, a democratização e compartilhamento livre dos conhecimentos de forma colaborativa, inverte essa lógica com o objetivo de manter inalterado o quadro de concentração. Um caso ilustrativo refere-se à definição do padrão digital no Brasil. O padrão japonês (HDTV – High Definition Television), sistema de televisão digital adotado pelo governo brasileiro, permite que os beneficiados pela transição tecnológica sejam, essencialmente, os atuais concessionários de outorgas e limita as mudanças possibilitadas pela digitalização ao aumento da qualidade de som, imagem, interatividade. A postura da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) tem sido, de acordo com reportagem do Observatório do Direito à Comunicação³, de proteger as emissoras de interferências que poderiam inviabilizar a transmissão de TV. Para isso, a agência fez opções fortemente técnicas como impedir a entrada de novas empresas durante os nove anos de transição do modelo analógico para o digital.

Já o sistema público de comunicação brasileiro ainda não é uma realidade, a não ser como determinação legal prevista na Constituição. Existe uma tentativa recente do governo federal de efetivar o sistema público com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que foi aprovada em 2008, com a Lei nº 11.652. A criação da EBC é uma tentativa de superação do atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas,

2 <http://donosdamidia.com.br/inicial>

3 http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5651

mas existem ainda alguns desafios para sua consolidação como a “definição de sua identidade, a ampliação de sua oferta no território nacional e a constituição de processos que garantam seu efetivo caráter público”. (VALENTE, 2009, p. 269).

A prática da comunicação comunitária, por sua vez, é criminalizada e submetida a uma legislação burocratizada, que permite aos coronéis eletrônicos exercerem seu poder de mando, influenciando nas concessões de outorgas. A Lei 9.612 que vigora no país desde 1998 limita a radiodifusão comunitária a potência de 25 watts, com alcance máximo de um quilômetro, proíbe a publicidade e disponibiliza apenas um canal do dial, além do controle burocrático da concessão de outorgas.

A perseguição da agência reguladora, a Anatel, às rádios livres e comunitárias é implacável. Coutinho (2008, p. 63) refere-se à criminalização da radiodifusão comunitária como um processo de hegemonia burguesa que se reveste do exercício da coerção e destaca que “a morosidade dos sucessivos governos em analisar pedidos de concessão de rádios comunitárias, cujos processos duram até oito anos, contrastam com a agilidade da Anatel e da Polícia Federal em reprimir as emissoras populares sem outorgas”. As concessões dos radiodifusores comerciais, são renovadas automaticamente, sem obedecer a qualquer determinação prevista em lei, como o artigo 221 da Constituição Federal, que afirma que a programação das emissoras deve dar preferências às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, assim como promover a cultura regional e estimular produções independentes.

Apesar da Constituição estabelecer a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal, há na prática a falta de fiscalização dos veículos comerciais, cujos contratos nunca foram vistos, como afirma o pesquisador Israel Bayma⁴. Um sistema estatal em fase de estruturação. É um sistema público insuficiente, que não expressa a diversidade de rádios e televisões comunitárias, regulamentadas ou não, e que, na verdade ainda trata a radiodifusão comunitária como caso de polícia.

Há, evidentemente, a possibilidade de se explorar as brechas das organizações midiáticas como recurso tático. As limitações impostas pelo cenário de concentração midiática e pelo entendimento de que o público é apenas um receptor passivo de informações, não impedem que sejam desenvolvidas ações criativas, que contrastam com o edifício ideológico construído pelos proprietários dos meios de comunicação. Mesmo nesse cenário adverso, é possível pensar, ainda, que iniciativas autônomas de movimentos sociais e ativistas políticos, assim como algumas políticas públicas de

4 In: Concessões de Rádio e TV: onde a democracia não chegou. Intervezes Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2007

comunicação e cultura configuram-se como ações de resistência

O campo da comunicação alternativa pode ser definido como ações coletivas que fazem a crítica política, social e cultural e constroem novos referentes através da comunicação. Incluem-se aí projetos, experiências e veículos ligados a movimentos sociais, populares e comunitários, organizações políticas e coletivos ativistas comprometidos com o enfraquecimento do sistema e a construção de uma hegemonia voltada às lutas pela emancipação social. Moraes (2009, p. 233), entende que os veículos alternativos são aparelhos privados de hegemonia.

Esse tipo de projeto não se esgota no plano comunicacional e estabelece vínculos com o ativismo político, visto que a produção alternativa tem afinidades programáticas e entrecruzamentos com o conjunto mais amplo dos organismos reivindicantes da sociedade civil. Em tal prisma, a comunicação é alternativa porque se estrutura para o trabalho político-ideológico, contrapõe conteúdos críticos, associa-se às mobilizações anticapitalistas, tem métodos colaborativos de gestão e formas não mercantis de financiamento.

Movimentos sociais: contexto e questões contemporâneas

A sustentação da hegemonia encontra-se, como afirmamos, não apenas na dominação e na coerção; reside também na capacidade de gerar uma concepção de mundo generalizada. Assim, a capacidade de difusão ideológica do capitalismo é possível tanto pela construção de um discurso em torno de uma visão de mundo, como por apresentar-se como expressão da própria vida. Ceceña (2005, p.36) identifica essas características da hegemonia, definindo-a como a “criação de imaginários e sentidos coletivos”. A construção e difusão de visões de mundo, entretanto, não estão restritas às estratégias e possibilidades das classes dominantes. Essa relação se constrói, na verdade, abrangendo um universo contraditório de estratégias de dominação, mas também de resistências.

É nesse contexto que se inserem os movimentos sociais contra-hegemônicos que se contrapõem à lógica de dominação na sociedade capitalista, não como uma disputa na hierarquia desse sistema, mas enquanto um questionamento ao seu funcionamento global, “o que está implicado é o funcionamento regular do sistema (...) a aproximação de situações limite colocou a humanidade na urgência de deter/dissolver as formas e conteúdos capitalistas de organização social para criar outros menos predatórios” (CECEÑA, 2005, p. 44).

A emergência de importantes movimentos sociais no cenário brasileiro ocorre tendo em vista esse cenário de acirramento de diversas questões que abrangem o campo da

contra-hegemonia e da resistência. É nesse contexto, também, que surge a iniciativa dos movimentos sociais com o projeto do jornal Brasil de Fato, que abordaremos em seguida. Mas antes, levantamos algumas questões relativas à constituição desse cenário no país, apontando principalmente aquelas relacionadas aos movimentos que idealizaram o jornal.

No Brasil, é interessante observar especialmente o contexto dos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 1960/1970, período de intensas modificações na sua concepção política e, conseqüentemente, da própria ação política. Foi nesse período que surgiram as organizações dissidentes das matrizes comunistas oficiais, além dos movimentos alternativos de *minorias* numéricas e políticas que começaram a se destacar, enfatizando a diferença como princípio de organização, a exemplo dos movimentos de mulheres, de índios, de negros, de homossexuais, etc.

Maria Paula Araújo (2000) destaca os pontos comuns existentes nessas novas organizações, marcadas pela dissidência e pela busca de caminhos alternativos. Uma análise desses grupos e movimentos alternativos e dissidentes dos anos 1970 coloca em evidência, de acordo com a autora,

a tentativa de formulação de um novo conceito de política – pautado na crítica (pela esquerda) à experiência marxista, na crítica à idéia de representação, na valorização do aspecto subjetivo da experiência política (valorização do cotidiano, politização das relações pessoais) e na afirmação das experiências particulares de vida. Esses movimentos criticavam a noção de representação política (representação partidária ou sindical), alegando que as formas de representação mais gerais diluíam as especificidades de grupos minoritários (ARAÚJO, 2000, p.18)

Uma conseqüência a ser observada com essa ruptura na tradição marxista é que as lutas políticas particulares passaram a ter sentido em si próprias, não convergindo mais, necessariamente, para um objetivo geral comum. A noção de sujeito político distancia-se do sujeito universal ao conceber *focos* territoriais específicos de transformação. Adquirem importância, no cenário de luta política, aspectos específicos que antes eram minorizados, como a luta das mulheres e dos negros.

Há, portanto, uma renovação da cultura política da esquerda, que se reflete no entendimento do sujeito histórico ordinário, do cidadão comum. A *ultrapassagem* possibilitada pela “insinuação do ordinário em campos científicos constituídos” é destacada por Certeau (2008) ao pensar nas relações entre teoria e prática. Uma conseqüência dessa mudança, da emergência do ordinário, é o aparecimento da cultura como *campo compreensivo*. O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna narrador e define “o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento”.

Foucault (2002) refere-se a essa relação, entre teoria e prática, identificando a *teoria com a própria prática*, não apenas como sua expressão, tradução ou aplicação. E seu contemporâneo, Gilles Deleuze, refere-se a ele como um dos que, no domínio da teoria e da prática, primeiro considerou a perspectiva dos *agentes*, e falou da *indignidade de falar pelos outros*:

Quero dizer que se ridicularizava a representação, dizia-se que ela tinha acabado, mas não se tirava a consequência desta conversão 'teórica', isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias. (FOUCAULT, 2002, p. 72)

Já nos anos 1980, tem-se um novo panorama prático e teórico sobre os movimentos sociais. Além do surgimento de novas lutas e questões como o acesso à terra, à moradia e direitos sociais básicos como saúde, educação, temos um cenário de reorganização da esquerda que começa articular-se em partidos políticos e grupos que reconfiguram o cenário de lutas no Brasil, após o período da ditadura militar. É nesse período, em 1984, que acontece o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Algumas mudanças decorrentes do surgimento do Partido dos Trabalhadores e de suas vitórias em algumas disputas eleitorais, colocando novos desafios e questões para os movimentos sociais, são destacados por Maria da Glória Gohn (2006, p. 286):

(...) quando o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder em várias prefeituras municipais, houve uma redefinição de posturas políticas, e a problemática principal passou a ser a da capacidade técnica das lideranças populares para atuar como co-participes das políticas públicas locais. (...) vários dirigentes de movimentos se tornaram dirigentes de órgãos públicos.

Os movimentos sociais que são particularmente analisados neste trabalho surgem neste contexto de mudanças na concepção da esquerda e de ampliação e modificação dos espaços e formas de organização das lutas sociais.

A alternativa do *Brasil de Fato*

No Fórum Social Mundial, ano de 2003, em Porto Alegre, surge uma iniciativa que articula diversos movimentos sociais em torno de um projeto comum de comunicação contra-hegemônica. O jornal *Brasil de Fato* – veículo idealizado por movimentos como a Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Consulta Popular e pastorais sociais – reúne movimentos sociais, ativistas políticos e intelectuais orgânicos de grande importância no cenário de lutas nacional e mundial, que compõem o seu

conselho político¹, além disso o veículo é um dos principais órgãos da imprensa alternativa brasileira.

Enquanto articulação de movimentos sociais, ativistas, militantes e intelectuais, o *Brasil de Fato* coloca-se como projeto que pretende contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais. O jornal define-se como um veículo plural, que “abrigará distintas vozes representativas da luta pela construção de um projeto popular e democrático; brasileiro, procurará mostrar um país ocultado e aviltado pela *grande mídia*; crítico, não fará pacto com a mediocridade.” (*Brasil de Fato*, 25/01/2003).

Os conceitos e categorias de análise destacados na teoria gramsciana permitem-nos pensar temas e questões fundamentais a partir do jornal *Brasil de Fato*. Por um lado, como aparelho de hegemonia, o projeto idealizado pelos movimentos sociais representa uma tentativa de mídia contra-hegemônica. É uma alternativa pela definição editorial, na escolha das fontes, na abordagem dos temas, que referem-se principalmente às questões estratégicas para os movimentos sociais, cobrindo a agenda de manifestações, debates, ações, etc. O veículo pode ser compreendido, por outro lado, como tentativa de articulação política dos movimentos sociais e intelectuais ligados a eles, frente a um novo contexto político e diante das novas questões colocadas para a esquerda na América Latina, com a proximidade entre governos e movimentos sociais.

Analisando essa conjuntura, Zibechi define os principais traços comuns dos movimentos sociais e populares na América Latina, entre eles a territorialização dos movimentos; a busca pela autonomia; a revalorização da cultura e a afirmação da identidade; a preocupação com a organização do trabalho e a relação com a natureza. Outra característica ressaltada, fundamental para nossa reflexão, refere-se à capacidade dos movimentos sociais de formarem seus próprios intelectuais. Os movimentos sociais estão “tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con critérios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular. (...) En todo caso,

1 Achille Lollo, Ari Alberti, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Assunção Ernandes, Aton Fon Filho, Augusto Boal , Cácia Cortez, Carlos Marés, Carlos Nelson Coutinho, Celso Membrides Sávio, César Benjamim, Claus Germer, Dom Demétrio Valentini, Dom Mauro Morelli, Dom Tomás Balduino, Edmilson Costa, Elena Vettorazzo, Emir Sader, Egon Krakhecke, Fábio de Barros Pereira, Fernando Altemeyer, Fernando Morais, Francisco de Oliveira, Frei Sérgio Gørgen, Horácio Martins, Ivan Cavalcanti Proença, Ivan Valente, Jasper Lopes Bastos, Jesus Antunes , João Alfredo, João Capibaribe, João José Reis, João José Sady (in memoriam), João Pedro Stedile, Laurindo Lalo Leal Filho, Leandro Konder, Luís Alberto, Luís Arnaldo, Luís Carlos Guedes Pinto, Luís Fernandes, Luis Gonzaga (Gegê) , Marcelo Goulart, Marcos Arruda, Maria Dirlene Marques, Michael Löwy, Nilo Batista, Oscar Niemeyer, Pastor Werner Fuchs, Pedro Ivo, Raul Pont, Reinaldo Gonçalves, Renato Tapajós, Ricardo Antunes, Ricardo Rezende Figueira, Roberto Romano, Rodolfo Salm, Rosângela Ribeiro Gil, Sebastião Salgado, Sérgio Barbosa de Almeida, Sérgio Carvalho, Sérgio Haddad, Tatau Godinho, Uriel Villas Boas, Valério Arcary, Valter Uzzo, Vito Gianotti, Vladimir Araújo, Vladimir Sacheta, Zilda Cosme Ferreira. Também participam do Conselho Político os membros do Conselho Editorial e jornalistas colaboradores

quedó atrás el tiempo en el que intelectuales ajenos al movimiento hablan em su nombre” (ZIBECHI, 2007, p. 24)

O *Brasil de Fato* é, dessa forma, um espaço para a formação, reflexão e debate de idéias entre intelectuais orgânicos. Considerando a definição ampla de intelectual a partir de Gramsci (2004a), para quem “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. A formação dos intelectuais não se dá num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos concretos; essa formação está intrinsecamente relacionada a grupos sociais fundamentais. No caso do *Brasil de Fato*, existe uma tentativa de organizar os intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas.

Entre as atividades do jornal *Brasil de Fato*, os elementos da formação e da produção descentralizada da informação, através dos comitês de apoio, indicam uma preocupação com a formação do público, ultrapassando a mera criação e satisfação de necessidades, características da imprensa forjada no marco das sociedades capitalistas e interessada na sua manutenção.

Na edição em que completou onze meses de existência, o jornal destaca o desafio de incorporar ao processo de produção, divulgação e distribuição um número cada vez maior de pessoas, movimentos sociais e mídias independentes. Com o objetivo de multiplicar os comitês de apoio, ampliar a rede nacional dos envolvidos na sustentação do jornal, o *Brasil de Fato* organizou debates, palestras e mesas redondas envolvendo os integrantes do Comitê Editorial, inclusive o editor-chefe do jornal, o jornalista José Arbex Jr.:

Estamos certos de que a aposta na crescente interação entre o Comitê Editorial e os comitês de apoio já formados, as universidades, os sindicatos e os movimentos sociais é o caminho mais seguro para a consolidação do *Brasil de Fato* como um jornal independente de expressão nacional. (Edição 40, 4 a 10 de dezembro de 2003, p. 02)

É importante ressaltar outro aspecto do jornal, compreendê-lo, também, enquanto articulação ao nível político. O lançamento do *Brasil de Fato* no Fórum Social Mundial em 2003 foi um momento de grande entusiasmo para uma parte da esquerda. O veículo é lançado num cenário de grande efervescência política nacional, com a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), como presidente.

Em entrevista ao Núcleo Piratininga de Comunicação, o editor do jornal, Nilton Viana (2004), comenta alguns aspectos relacionados ao surgimento do *Brasil de Fato*:

Vivíamos um momento muito importante no país com a eleição do Lula presidente. Vivíamos um cenário de euforia e grande esperança de todo o povo brasileiro de que finalmente o país entraria no rumo certo, e que o companheiro Lula iria conduzir o Brasil para mudanças tão necessárias.

O jornal surge, portanto, não apenas como contraposição à grande mídia e à atitude de criminalização dos movimentos sociais, mas com a perspectiva de articulação dos próprios movimentos no novo cenário político.

Na edição de número zero do *Brasil de Fato*, de 25 de janeiro de 2003, a coluna editorial do semanário traz reflexões acerca do novo cenário político latino-americano e sobre as ações dos movimentos de resistência que se proliferam em todo o mundo contra a política belicista estadunidense:

Em Florença, um milhão de pessoas fazem passeata contra esta guerra; outras paralisam os centros de Londres, Paris, Frankfurt e Washington; no Brasil, uma fulgurante resposta foi dada nas urnas, com a eleição do presidente Lula, indesejado pelas elites, refletindo um processo que se verifica também na Bolívia (expressiva votação em Evo Morales), Equador (vitória do coronel Lucio Gutiérrez), Venezuela (extraordinária resistência ao golpe) e Argentina (derrubada do governo De la Rúa / Cavallo).

O semanário destaca seu surgimento, inscrito neste quadro de resistências, como uma necessidade de um veículo de amplitude nacional e que contextualize as notícias a partir da ótica dos trabalhadores. Destaca, ainda, sua identificação com o combate ao imperialismo e com a defesa dos direitos a uma vida digna, prazerosa e criativa, impedida pelo desemprego e extrema desigualdade.

A análise desses processos, considerando a disputa hegemônica na sociedade, adquire fundamental importância no novo cenário com o qual a esquerda se vê confrontada, principalmente na América Latina, em que governos ligados ao campo da esquerda ocupam o Estado. Interessa-nos, nesse contexto, pensar as contradições existentes nessa relação, o significado das políticas sociais de apoio e financiamento das iniciativas de movimentos sociais e organizações de resistência e, também, a aproximação com ideais das classes subalternas em diversos níveis da sociedade.

Anderson (2004, p.46) destaca aspectos do cenário latinoamericano, onde é identificada uma coalizão entre governos e movimentos sociais, formando uma frente ampla de resistência à hegemonia capitalista: “vê-se uma série de governos que, em graus e campos diversos, tratam de resistir à vontade da potência hegemônica, e um conjunto de movimentos sociais tipicamente mais radicais que lutam por um mundo diferente, sem inibições diplomáticas ou ideológicas”.

A compreensão da existência de uma articulação entre governos e movimentos sociais na construção da contra-hegemonia e das resistências nos interessa particularmente, pois entendemos que pode ser tanto um fator de ameaça à hegemonia das classes dominantes, como pode mesmo constituir um elemento de hegemonia das classes dominantes, que buscam construir sua hegemonia nos espaços dos dominados.

Um dos aspectos dessa questão é a ação de governos, que agem nos limites do Estado e têm uma série de limitações ideológicas e diplomáticas, mas que, mesmo com esses entraves, desenvolvem articulações e ações que questionam a hegemonia. São ações que, em parte, não constituem um enfrentamento do capitalismo de forma global, mas que são geradoras de mudanças na configuração da hegemonia no mundo, questionando ações de potências hegemônicas. Nesse contexto, inserem-se iniciativas como a criação ou idealização de organismos e articulação regionais ou internacionais, tanto ao nível militar, quanto político, econômico e social.

Além das articulações possíveis de e entre governos, temos que considerar aquelas desses para e com os movimentos sociais. Nesse caso, estão compreendidas as políticas públicas, as ações compensatórias, a criação de órgãos com competências específicas para atenderem demandas colocadas pelos movimentos, entre outras iniciativas. Aqui, podemos incluir, ainda, os casos em que quadros dos movimentos sociais são convidados a tomar parte na elaboração e execução dessas políticas e ações de governo, muitas vezes compondo a estrutura do próprio Estado.

Essas considerações levantam outras questões relativas à constituição dos espaços e formas de exercício do poder e da dominação na sociedade capitalista; relacionadas ao conteúdo, suporte e às estratégias da hegemonia e sobre as implicações de cada esfera do bloco histórico na formação da hegemonia. Para entender esses aspectos, precisamos considerar o cenário de fortalecimento da ideologia do capitalismo, que expande a dominação à quase totalidade da vida social, tornando universais os valores do mercado e transformando em mercadoria a existência e a resistência.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. *A batalha das Idéias na Construção de Alternativas*. In: BORON, Atílio, (org.), *Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonia estadunidense e dominação capitalista*. In: CECEÑA, Ana Esther (org.) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo

Latinoamericano de Ciencias Sociales, julho de 2005

COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido: Malandragem, Marginalidade e Contra-hegemonia*. In: PAIVA, Raquel. SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro (Org). *Comunicação e Contra-hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa*. Rio de Janeiro: MauadX, Faperj, 2008

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*. in: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2002

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Lyola: São Paulo, 2006

GRAMSCI, Antonio. 1981-1937 *Cadernos do cárcere*, volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a

GRAMSCI, Antonio. 1981-1937 *Cadernos do cárcere*, volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b

HALL, Stuart; **LUMLEY**, Bob & **McLENNAN**, Gregor. "Política e ideologia: Gramsci" in **HALL**, Stuart et alii. *Da Ideologia* (Trad. De Rita Lima), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1980

LIMA, Venício A. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

MORAES, Dênis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009

ORNELAS, Raúl. *A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles*. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1977

VALENTE, Jonas. *Sistema público de comunicação no Brasil*. In: Sistemas públicos de comunicação no mundo: Experiência de doze países e o caso brasileiro, Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social, São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones: América Latina em movimiento*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2007